

# Incursoes das forcas armadas na seguranga pblica sob as lentes do jornalismo para a paz: o Rio de Janeiro como “laborat6rio de guerra”

## The armed forces’ incursions in public security through the lens of peace journalism: Rio de Janeiro as a “war laboratory”

Rev. Bras. Est. Def. v. 8, n. 2, jul./dez. 2021, p. 177-202

DOI: 10.26792/RBED.v8n2.2021.75274

ISSN 2358-3932

---

ERICA C. A. WINAND  
PEDRO HENRIQUE SILVA MOURA  
JULIANA DE PAULA BIGATAO PUIG

22 DE MAIO: Eu hoje estou triste. Estou nervosa. Não sei se choro ou saio correndo sem parar até cair inconciente [sic]. É que hoje amanheceu chovendo. E eu não saí para arranjar dinheiro. Passei o dia escrevendo.

Carolina Maria de Jesus

*Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada.*

### INTRODUÇÃO

Nas páginas dos jornais da grande mídia, o estado do Rio de Janeiro vive constantemente desafiado pelas complexas dinâmicas de criminalidade, com tiroteios e confrontos caracterizando as relações diárias entre tropas policiais, milícias e grupos de narcotraficantes. A adoção de estratégias tóxicas, com nefastos efeitos colaterais e o desprezo pelas políticas públi-

---

**Erica C. A. Winand** — Professora do Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal de Sergipe; Coordenadora de Relações Internacionais da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (CORI/Posgrap). Pesquisadora do Grupo de Estudos em Defesa e Segurança Internacional (Gedes), líder do Grupo de Estudos Críticos sobre Políticas de Defesa, Cooperação, Segurança e Paz (COOP&PAZ). Coordenadora do Observatório de Política Exterior (OPex).

**Pedro Henrique Silva Moura** — Facultad de Defensa Nacional (Undef – Argentina).

**Juliana de Paula Bigatao Puig** — Professora Adjunta da Escola Paulista de Política, Economia e Negócios (EPPEN) da Unifesp, Departamento de Relações Internacionais. Doutora e Mestre em Relações Internacionais pelo Programa San Tiago Dantas (Unesp, Unicamp, PUC-SP). Pesquisadora do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (Gedes). Coordenadora do Observatório Brasileiro de Defesa e Forças Armadas, da Unifesp.

cas, atingiu seu extremo quando o governo federal, em 2018, apelou a uma intervenção federal de caráter militar, não apenas no que toca aos aspectos táticos, como historicamente se registra, mas atingindo a esfera estratégica da segurança pública do estado do Rio de Janeiro.

Desde a década de 1990, as forças armadas vêm sendo associadas às soluções de problemas de violência urbana. A Operação Rio, em 1994, foi um marco do emprego dos militares nesta seara, no intento de reduzir a ação do crime organizado (Ministério da Defesa 2022). Há diversos trabalhos que defendem as forças armadas como agentes precípuos da Defesa, e jamais da segurança pública, uma vez que elas operam, invariavelmente, sob lógica de guerra.<sup>1</sup> E mesmo se as operações militares na segurança pública pudessem ser confundidas com uma guerra, até na guerra, *stricto sensu*, a decisão pela “batalha vitoriosa” não se aplica genericamente, já que uma variedade de meios indiretos pode e deve ser usada para gerar resultados psicológicos e efeitos morais decisivos. Então, o que justifica o uso de meios militares em cenários nos quais cidadãos nacionais são identificados como alvos? De onde vem a construção social de que a utilização das forças armadas são a panaceia para o problema do Rio, em detrimento da compreensão de que aquele tem como causa fundamental o crônico adoecimento do sistema social e a distribuição desigual de bens sociais? (Groten and Jürgen 1981, 177).

Coimbra (2001), em *Operação Rio: o mito das classes perigosas*, descreve três pontos de partida importantes para compreensão da normalização do uso da violência militar sobre aquele cenário. O primeiro diz respeito ao processo de transição do regime militar, quando a figura do bandido tomou o lugar do comunista; depois, quando os jornais reforçaram, de modo cada vez mais sensacionalista, a culminância de um estado “incontrolável” de insegurança pública, relacionando os morros e as favelas a territórios de perigo; e, por fim, quando a elite empresarial passou a pressionar o governo a adotar saídas militares. Neste artigo, o segundo ponto é de particular interesse. De acordo com a autora, a profusão diária de notícias explorando enfaticamente assassinatos, suicídios, roubos, sequestros, movimento de tráfico, entre outros, levou o governo a ceder ao chamado para tentar agir sobre o medo social, colocando os militares nas chamadas “zonas de perigo”, à revelia, à época, do Exército. Durante a ECO-92, os jornais foram perspicazes em explorar a “calma” e a “tranquilidade” das ruas cariocas, propiciada pelas rondas militares, reproduzindo falas de moradores da Tijuca. Em janeiro de 1993, após a conferência do clima, a VI plenária do empresariado do Rio de Janeiro aprovou pedido de encaminhamento à União de formalização da participação das forças armadas no combate à criminalidade. Ao lado disso, jornais voltaram a explorar, de modo espeta-

cular, os diários dos crimes da capital, vinculando-os às favelas, aos morros e aos pobres. Afirmações como “a criminalidade e a violência atingiram níveis insuportáveis” e “o Estado perdeu autoridade frente aos bandidos e marginais” foram copiosamente repetidas pelos jornais. Coimbra relata o resultado da exploração sensacionalista, teatral e espetacular da mídia:

Crescem, gradativamente, junto à opinião pública, o medo, o pânico e como efeito os argumentos para que o “exército (que) diz estar pronto para agir” ocupe as “zonas perigosas” do Rio. Comerciantes, empresários e entidades pedem, ainda no mês de julho, ao governo federal “um basta à violência no Rio” (Coimbra 2001, 147).

A autora acrescenta que “outras falas autorizadas comparam o Rio de Janeiro à Bósnia, ao Vietnã e ao Sendero Luminoso” (Coimbra 2001, 148). Enfim, a guerra “à brasileira” ali construída tem ativa participação das mídias, por meio da produção de subjetividades, territorialidades e emoções, com respaldo da elite empresarial e dos segmentos conservadores da sociedade, principal cliente dos jornais analisados por Coimbra (2001), dentre os quais se encontram os que aqui utilizaremos.

Breve busca pelo Google mostra que, desde anos após a publicação do livro de Coimbra até recentemente, a abordagem da violência urbana carioca segue rotulada de guerra: “Guerra do tráfico: violência aterroriza Rio de Janeiro”; “Guerra entre traficantes tem granadas e disparos de armas”. A intervenção federal de 2018 apenas confirma que o Rio de Janeiro se tornou “laboratório de guerra” (Graham 2016), sem deixar nítido aos leitores que os moradores dali, perversamente, são seu experimento vivo.

O que se tornou laboratório de guerra encontrou legitimidade no argumento de “pacificação”, que, segundo Gomes (2014, 229), constitui parte do *self* brasileiro como nação, “reproduzindo uma concepção *conciliadora, negociadora, integracionista e pacifista* do Brasil, e do soldado brasileiro”. Conforme a autora, a “pacificação”, presente desde o discurso de colonização dos índios, também construiu narrativas de militarização da segurança pública. Recentemente, esteve presente tanto na experiência das tropas brasileiras na missão de paz no Haiti (Minustah), entre 2004 e 2017, em que o mandato da ONU legitimou a narrativa da “bem-sucedida” pacificação das comunidades de Porto Príncipe, quanto no modelo de Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) experimentado nas comunidades do Rio de Janeiro, em que a pacificação se traduziu em ações violentas contra grupos criminosos. Em ambos os casos, houve muitas vítimas inocentes.

Os exemplos acima evidenciam a importância de definições críticas em torno das concepções de guerra/violência e paz/pacificação, as quais podem se ancorar em abordagens alternativas, tais como os Estudos para a

Paz (EPP), e sua vertente aqui explorada, o jornalismo para a paz. Assim, neste artigo, mobilizamos tal arcabouço teórico-metodológico no intuito de analisar a cobertura de jornais da “grande imprensa” voltada à temática da atuação das forças armadas na segurança pública do estado do Rio de Janeiro.

A fonte de análise dessa cobertura foi o conjunto de resumos do Informe Brasil, publicação semanal do Observatório Sul-Americano de Defesa e Forças Armadas, entre 2016 e 2018 (Informe Brasil 2022). Tais Informes apresentam resumos dos materiais jornalísticos sobre defesa e forças armadas do Brasil, organizados por temas. Diferentemente dos arquivos dos jornais que podem ser acessados, em sua maioria, apenas por assinantes, os Informes disponibilizam as informações atinentes ao recorte temático de maneira pública e gratuita, e são construídos com base nas reportagens, colunas opinativas, editoriais e entrevistas de três veículos representantes da “grande imprensa”: *Folha de S. Paulo (FSP)*, *O Estado de S. Paulo (OESP)* e *Correio Braziliense (CB)*. Os dois primeiros estão entre os três jornais de maior circulação diária no Brasil, já o último é um jornal sediado na capital do país e apresenta um noticiário político mais detido aos órgãos da administração federal.

A análise aqui exposta é fruto de procedimento metodológico que envolveu cinco etapas: i) organização de sumário com os títulos de todos os resumos dos Informes de 2016, 2017 e 2018; ii) identificação dos resumos que retratavam as incursões militares na segurança pública do Rio de Janeiro e construção de tabela no Excel com os resumos na íntegra; iii) leitura do material selecionados para a identificação dos principais fatos reportados pela imprensa; iv) seleção dos marcadores de jornalismo para a paz e jornalismo para a violência; v) nova leitura e análise qualitativa dos resumos à luz desses marcadores. Na primeira etapa, identificamos um total de 970 resumos: 299 em 2016, 294 em 2017, e 377 em 2018. Na segunda etapa, assinalamos 143 resumos que versavam sobre a atuação das forças armadas na segurança pública do Rio de Janeiro, os quais foram transferidos para a tabela no Excel: 36 (ano de 2016); 38 (ano de 2017) e 69 (ano de 2018). Quando necessário, retomamos os materiais originalmente publicados pelos jornais, principalmente para complementar algum trecho referenciado em resumo.<sup>2</sup> Os resultados das três etapas seguintes estão expostos ao longo do artigo.

Com base nos resultados encontrados, argumentamos que a cobertura da “grande imprensa” apresentou narrativas que privilegiam soluções tópicas e militarizadas para problemas complexos e sociais, aproximando-se do expediente do jornalismo para a violência. Ademais, buscamos em narrativas de mídias alternativas, a exemplo do Observatório da Intervenção,

elementos característicos do jornalismo para a paz, os quais nos auxiliaram empiricamente na problematização de que fontes de informação podem ser perpetradoras da violência ou mediadora de conflitos.

O artigo está dividido em três seções, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira, apresentamos uma breve discussão teórica do campo dos EPP e do jornalismo para a paz. Na segunda, mobilizamos o arcabouço teórico-metodológico dos EPP voltado à cobertura jornalística para analisar qualitativamente o conjunto dos resumos dos Informes Brasil, com especial atenção ao período da intervenção federal no Rio de Janeiro (2018) e os dois anos que a antecedeu. Em seguida, como contraponto ao material da grande mídia, exploramos as narrativas daqueles que vivenciam diretamente o ambiente de violência — os cidadãos residentes em favelas.

## ESTUDOS PARA A PAZ E JORNALISMO PARA A PAZ

Os EPP aparecem em Ferreira (2019, 13) como “uma área do conhecimento voltada precipuamente ao estudo do fenômeno da violência e do conflito e à sua redução em distintas esferas”. O autor chama a atenção ao fato de os EPP contribuírem decisivamente para a formulação de políticas públicas internacionais, tanto via promoção de mediação e de reconciliação, como de transformação de conflitos.

Pioneiro na área, Galtung promoveu, entre os anos 1950/60, uma guinada nos estudos sobre paz, sobre a qual Pureza e Cravo (2005) destacam dois elementos: i) a definição de que objeto de estudos primário dos EPP é a “paz” e não o conflito e a guerra; e ii) a ruptura com o positivismo das investigações que o precederam, até então fundamentadas no pressuposto de que é possível produzir conhecimento cientificamente neutro e livre de valores. Desta ruptura surgiram os estudos *para* a paz, que se distinguem dos estudos *da* paz ou *sobre* a paz por seu caráter socialmente produtivo e normativo, “afirmando seu compromisso com os valores, especialmente o da paz” (Pureza e Cravo 2005, 8).

No cerne do pensamento galtungniano está a teoria da violência, na qual o autor conceitua que a violência “está presente quando os seres humanos estão sendo influenciados de modo que suas realizações somáticas e mentais reais estão abaixo de suas realizações potenciais” (Galtung 1969, 168). Ou seja, a violência é a causa da diferença entre a realização real e a potencial, entre aquilo que o ser humano é e o que poderia ter sido. Como o próprio autor admite, é uma definição ampla que pode gerar mais problemas do que resolvê-los, mas que nem por isso é vaga, já que a partir dela o sociólogo desenvolve minuciosamente uma tipologia, considerando

a violência fenômeno difuso que pode se manifestar socialmente de diversos modos, e em níveis direto, estrutural, cultural e/ou institucional. Nesse sentido, a violência direta deve ser entendida não apenas como a violência flagrante entre indivíduos, mas também contra a população como um todo, sendo esta vítima não apenas de criminosos, mas também de forças de opressão que derivam da própria estrutura burocrática do Estado. Quando o Estado invade o morro com forças militares, ele perpetra violência direta contra os cidadãos a quem deveria fornecer segurança, como razão essencial de sua existência.

A violência estrutural está presente na estrutura hierárquica de relacionamento entre os atores sociais, como a mediada pelo fator de riqueza econômica, o que torna determinados segmentos da população mais vulneráveis às violências. Onde há rachaduras sociais que impedem que bens sociais sejam alcançados igualmente, encontra-se a violência estrutural. Por outro lado, a violência cultural inclui aspectos que de algum modo justificam qualquer forma de violência contra artefatos, práticas e produções ligados à cultura de um povo. A violência cultural ocorre quando populações vulneráveis são ainda mais estigmatizadas pela sua pobreza, a partir da construção de imagens e estereótipos marginalizantes. Já a violência institucional é aquela que se incorpora no poder estatal e é aplicada por meio de agentes públicos, a exemplo do poder de polícia ou dos componentes do sistema judiciário (Galtung 1969, 196).

Acreditamos que o caso das comunidades do Rio de Janeiro é terreno empírico para um círculo vicioso que inclui a ocorrência de todos os níveis de violência acima classificados. Ao analisar tal cenário sob intervenções militares, é possível problematizar em que medida as decisões de políticas públicas de segurança baseiam-se na interação entre mídia e sociedade. Conforme avalia Beato (2007, 37)

É quadro recorrente governantes, gestores e *policymakers* não dispõem na área da segurança de instrumentos de diagnóstico, monitoramento e avaliação das atividades empreendidas. Bases de dados e sistemas de informação são precários e a cultura prevalente nas organizações não incorpora ainda as utilidades executivas da gestão do conhecimento [...]. Neste contexto, fatos de grande repercussão explorados pela mídia terminam por fornecer esta agenda aos gestores.

Ao aproximar os EPP e o jornalismo, Galtung e Ruge (1965) propuseram uma discussão sobre a influência dos jornalistas na produção do conteúdo das notícias, questionando os aspectos estruturais —organizacionais e ideológicos— que permeiam o fazer jornalístico. Lynch (2015) avaliou que, a partir desta primeira problematização na qual se definiu o jornalis-

mo para a paz, a agenda já multidisciplinar dos EPP ramificou-se para o debate na área da comunicação, construindo reflexões sobre a agência individual de editores e repórteres e sobre a educação e o treinamento na área do jornalismo. Nohrstedt e Ottosen (2011 *apud* Lynch 2015) destacaram a importância deste debate para o estabelecimento de normas internacionais e padrões éticos profissionais na produção de notícias.

O quadro abaixo resume o referencial conceitual e metodológico<sup>3</sup> do jornalismo a partir dos EPP.

### Quadro 1

#### Diferenças entre o Jornalismo para a Paz e o Jornalismo para a violência<sup>4</sup>

Jornalismo para a paz	Jornalismo para a violência
<p><b>I. Orientado pela paz e transformação dos conflitos</b> Explora a formação do conflito, considerando várias partes, metas e problemas; orientação <i>win-win</i> (ambos podem ganhar); Espaço aberto, várias causas e consequências, considera o contexto histórico e cultural; Torna os conflitos transparentes e amplia o número de vozes ali presentes; É preventivo e age antes mesmo da violência ocorrer, realça os efeitos invisíveis da violência (trauma, danos estruturais e culturais).</p>	<p><b>I. Orientado pela violência</b> Foca na arena do conflito, dois atores, um único objetivo (vitória), jogo de soma zero; Espaço fechado, as causas permanecem na arena; Torna as guerras opacas e secretas, divide os atores em 'nós' e 'eles', sendo 'eles' o problema; Desumanização do 'eles', aguarda a violência antes de noticiá-la; Realça apenas os efeitos visíveis da violência (assassinatos, danos materiais).</p>
<p><b>II. Orientado pela verdade</b> Expõe inverdades de todos os lados, ajuda a revelar mentiras.</p>	<p><b>II. Orientado pela propaganda</b> Expõe a inverdade do 'outro', ajuda os aliados a mentir.</p>
<p><b>III. Orientado pelas pessoas</b> Concentra-se no sofrimento de todos, inclusive mulheres, idosos e crianças, dando vozes a eles/as; Centra-se nas pessoas pacificadoras.</p>	<p><b>III. Orientado pela elite</b> Concentra-se no 'nosso' sofrimento, é a voz da elite patriarcal; Centra-se na elite pacificadora.</p>
<p><b>IV. Orientado pela solução</b> Paz é a soma da não-violência com a criatividade; Foca na estrutura e cultura de uma sociedade pacífica e na resolução e reconstrução.</p>	<p><b>IV. Orientado pela vitória</b> Paz é a soma da vitória com o cessar-fogo; Foca nos tratados, instituições e sociedade controlada; Espera outra guerra começar.</p>

Fonte: Elaboração própria com base em Galtung (2006, 1-5).

Em consonância com as diferentes abordagens descritas no quadro, Galtung (1998) esclarece que o jornalismo pode empoderar vozes que sejam divergentes daquelas presentes na cobertura jornalística tradicional, motivo que possibilita a distinção entre o jornalismo voltado à paz, em contraposição ao jornalismo voltado à violência. O primeiro está ligado a um compromisso ético em comunicar uma visão multifacetada dos acontecimentos, priorizando narrativas multidimensionais ao invés de um discurso propagandístico oficial. Já o segundo refere-se a uma prática jornalística legitimadora da violência, tanto em seu aspecto direto —a partir de uma lógica sensacionalista de naturalização da violência— quanto em relação à violência cultural, que pode ser verificada em narrativas unidimensionais e no privilégio concedido às fontes oficiais.

Garantir que múltiplas vozes sejam representadas em narrativas é ato de justiça, o que, segundo Lederach (2003), é fulcral à transformação dos conflitos:

Transformação de conflitos é encarar e responder o fluxo e refluxo do conflito social como oportunidades de vida para criar processos construtivos de mudanças que reduzem a violência, aumentam a justiça em interação direta e nas estruturas sociais, e respondem a problemas da vida real nos relacionamentos humanos (Lederach 2003, 11).

No contexto do que Lederach (2003) entende como ciclos de violência e teias de interações sociais, a mídia é, por excelência, construtora de novas teias e novos fluxos. Trata-se de interações que decidem o poder (Castells 2007). Assim, vislumbramos que a mídia aja em dois níveis ao mesmo tempo: provocando interlocução entre iguais (governados) gerando, portanto, empatia e respeito à diferença; assim como no reforço de estereótipos e condicionamento de interações violentas.

### A NARRATIVA DA GRANDE IMPRENSA ANTES E DURANTE A INTERVENÇÃO FEDERAL DE 2018

Por “grande imprensa”, entendemos o mecanismo do aparelho privado de hegemonia que, através de seus variados serviços, contribuem com a “difusão da agenda ideológica neoliberal de modo conservador e patronal” (Winand and Bigatão 2014, 43). Ainda, de acordo com Fonseca (2003), a “grande imprensa” se opõe aos direitos sociais ao tentar impor uma nova hegemonia de caráter ultraliberal, numa espécie de “tese de perversidade”.

Conforme exposto na introdução, os Informes Brasil constituem uma amostra da narrativa da “grande imprensa” na área de Defesa e forças ar-



madam. Nesta seção, documentamos a análise dos resumos sobre as incursões militares na segurança pública do Rio de Janeiro entre 2016 e 2018, primeiramente no tocante aos principais fatos noticiados e, em seguida, à luz do referencial teórico-metodológico já discutido. A partir do Quadro 1, construímos os seguintes marcadores para orientar a análise qualitativa do material, considerando, no caso do jornalismo para a paz, as narrativas orientadas: pelas pessoas (múltiplas vozes, pessoas como pacificadoras); pela verdade (ajuda a revelar mentiras); pela solução (de forma criativa e centrada na resolução e construção); e pela transformação (em que todos podem ganhar). Já os marcadores do jornalismo para a violência pautaram-se em narrativas orientadas: pelas elites (discurso oficial, elites como pacificadoras); pela propaganda (ajuda as elites a mentir); pela vitória; e pela violência (que realça apenas seus efeitos visíveis).

As notícias sobre a possibilidade de uma intervenção federal no estado do Rio de Janeiro ganharam espaço nos jornais no segundo semestre de 2016. Em novembro, ao solicitar ao governo federal o reforço de militares em operações de segurança pública, Luiz Fernando Pezão, então governador do estado, aventou a intervenção, inicialmente considerada uma alternativa inviável pela presidência (Informe Brasil 46/2016<sup>3</sup>). A presença das forças armadas no Rio já era um dado daquele momento. Ao longo de 2016, os jornais dedicaram espaço para a discussão da segurança pública carioca, haja vista a realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos, entre agosto e setembro. De início, os jornais exploraram o expediente militar para combater ameaças externas, principalmente possíveis atentados terroristas na cidade sede (Informe Brasil 07/2016, Informe Brasil 13/2016, Informe Brasil 16/2016). Já com a aproximação dos grandes eventos, os temas que mais ocuparam os noticiários se referiam ao “outro” interno, ou seja, os morros cariocas que as narrativas jornalísticas indistintamente associaram ao crime (Informe Brasil 16/2016; Informe Brasil 26/2016). Do material avaliado, constatamos o posicionamento favorável ao emprego das forças armadas na segurança de grandes eventos — mesmo que isso significasse o bloqueio de comunidades e o cerceamento do direito de ir e vir dos cidadãos do morro — apoiado em grande medida nos argumentos da experiência dos militares nos jogos Pan-Americanos de 2007 e da capacidade das forças para lidar com diferentes tipos de ameaça (Informe Brasil 07/2016; Informe Brasil 13/2016). Dos 38 mil militares envolvidos na segurança das Olimpíadas, cerca de 9 mil permaneceram na região metropolitana da cidade do Rio, onde acompanharam as eleições municipais de outubro de 2016.

O dispositivo militar foi novamente acionado em operação de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) em fevereiro de 2017, no intuito de controlar a

violência urbana no estado do Rio. Embora o governador tenha pedido a prorrogação da presença dos militares, o Ministério Público Militar recomendou seu encerramento no final daquele mês, com base em documento que considerava que as tropas estavam sendo usadas em caráter “puramente preventivo” (Informe Brasil 03/2017; Informe Brasil 05/2017). Apesar da retirada, o assunto não saiu do noticiário. Entre março e junho de 2017, diversas reportagens exploraram a continuidade da violência e as repetidas solicitações do governador de novo envio de militares, o que se confirmou no final de julho, quando o presidente autorizou nova GLO, desta vez enquadrada no Plano Nacional de Segurança Pública (Informe Brasil 24/2017; Informe Brasil 26/2017).

Ao longo de 2016 e 2017, verificamos na narrativa dos jornais um reforço positivo representado pela e dirigido à elite carioca, para respaldar a militarização da segurança pública. Junto a isso, argumentos generalistas quanto ao aumento da “sensação de segurança” provocado pela presença militar e um reforço da ideia de que o problema se concentrava em áreas “dominadas pelo tráfico”, ou seja, nos morros, pois “toda a cidade pode ser considerada normal”, nas palavras de um coronel da reserva (Informe Brasil 30/2017). Os próprios militares ganharam cada vez mais espaço junto aos jornais, a exemplo das vezes em que reclamaram da ausência de segurança jurídica nas ações de GLO (Informe Brasil 27/2017; Informe Brasil 35/2017; Informe Brasil 36/2017).

Já no ano de 2018, as redações dos jornais se voltaram para intervenção federal na segurança pública no estado do Rio de Janeiro, entre fevereiro e dezembro de 2018. Sob o comando do general Walter Braga Netto, esta envolveu um conjunto de ações levadas a cabo pelas forças de segurança do estado junto às forças militares. Coube a Braga Netto o comando do sistema prisional, das polícias civis e militares, da área de inteligência e do Corpo de Bombeiros do estado até 31 de dezembro de 2018 (Informe Brasil 02/2018; Informe Brasil 03/2018; Informe Brasil 04/2018).

Logo em fevereiro, os jornais teceram diversas comparações entre a intervenção no Rio e a participação brasileira na missão da ONU no Haiti. Ainda que algumas vezes as ações dos militares tenham sido questionadas — como a permissão de entrar em casas circunscritas em determinado perímetro, diferente dos mandados de busca e apreensão tradicionais, os quais são destinados a apenas uma residência —, as principais opiniões publicadas pela “grande imprensa” foram de militares favoráveis à intervenção federal, inclusive mencionando as semelhanças entre os mandatos no Rio e no Haiti. É bem verdade que, no que toca ao conteúdo opinativo, visões críticas também apareceram:

“Realidades de Rio e Haiti são diferentes para ação militar, diz antropólogo”. Carioca afirma que ação da ONU foi planejada por meses com civis. Se “o Rio de Janeiro é um laboratório para o Brasil”, como afirmou o general Braga Netto sobre a intervenção federal que comanda no estado, o Haiti foi o campo de teste onde os militares se prepararam para a missão fluminense (Canônico, *FSP* 2018).

A narrativa da “bem-sucedida” experiência brasileira no Haiti ajudou a legitimar a recorrência do expediente militar para lidar com o “inimigo interno”. Entre 2017 e 2018, os jornais estamparam números que respaldavam a presença de militares nas ruas, seja no recorte da cidade do Rio de Janeiro ou do estado. Conforme pesquisa Datafolha, em outubro de 2017, 83% dos moradores do Rio apoiavam a presença do Exército na cidade, enquanto apenas 15% eram contrários (Informe Brasil 36/2017). Já em setembro de 2018, a maioria dos moradores do estado do Rio – 72% – era favorável à continuidade da intervenção federal para além de seu mandato. Apenas 21% declararam-se contrários à prorrogação, 4% não souberam responder e 4% eram indiferentes (Estarque, *FSP*, 2018). Porém, fontes alternativas como o Brasil de Fato (Pitasse 2018) revelavam, a partir de relatos de moradores da favela em fevereiro de 2018, que estes eram contrários à intervenção, pois, com base nas experiências anteriores “com operações das forças armadas, a medida significa violação de direitos para os mais pobres e está longe de ser a solução para a crise”.

Ao mobilizar os marcadores de nosso instrumento de análise, traçamos seis considerações a respeito da cobertura da grande imprensa sobre as incursões das forças armadas na segurança pública, em comunidades do Rio de Janeiro, no período em tela. Em primeiro lugar, a narrativa predominante orientou-se pelas elites, especialmente representantes governamentais e elite militar. Identificamos no modo como as informações foram apresentadas ao público a tendência de priorizar a fala de atores que se encontram em posições socialmente privilegiadas: o presidente da República, o ministro da Defesa, o comandante do Exército, o secretário de Segurança do Rio de Janeiro, deputados federais e ministros do Supremo Tribunal Federal. As declarações destes, ao mesmo tempo em que contribuíam para reafirmar a atmosfera de insegurança, sempre alardeando um estado de crise, também os colocavam na posição de pacificadores. A solução, claro, viria do dispositivo militar: as GLOs e a intervenção federal. Sem dúvida, trata-se de solução para satisfação dos anseios sociais de modo muito mais fácil e rápido do que a reestruturação de políticas públicas de cunho social. O trecho abaixo exemplifica como o sentido de urgência se vincula ao uso de expedientes militares.

“Não há uso político de militar. Há urgência”, diz o general Silva e Luna: Ministro da Defesa afirma que a ação no Rio era imprescindível e critica o que chama de “*fake news*” sobre o protagonismo das Forças Armadas. “O que é mais urgente no momento? Ninguém duvida que segurança pública, particularmente no Rio. Podia esperar mais? Acho que não”, completou (Dubeux and Cavalcanti, *CB* 2018).

Em segundo lugar, observamos que mesmo as vozes dissonantes — que apareceram em menor medida e poderiam representar as múltiplas vozes do jornalismo para a paz —, quando ganharam espaço para lançar críticas ao discurso dominante, ressoavam argumentos de autoridade. Eram militares, policiais, especialistas em segurança pública e jornalistas que teciam críticas à militarização da segurança pública e ao emprego do dispositivo militar em missões internas. Podemos elucidar tal aspecto com as colunas do almirante Mário César Flores ao *OESP*, em que criticou o emprego das forças armadas em missões internas (Informe Brasil 37/2016), e de um jornalista do *CB* que recordava a operação militar no Complexo do Alemão em 2010 e desaprovava o projeto de UPPs estabelecido após a ocupação do Alemão, visto que “a ocupação policial não veio acompanhada da assistência social, como foi prometido” (Informe Brasil 37/2016). Entretanto, isso não quer dizer que todo espaço reservado à crítica, como é o caso das colunas opinativas, tenha sido utilizado para tal. A coluna de uma jornalista à *FSP*, apoiava, em próprias palavras, o “efeito Exército”, ponderando que o Rio de Janeiro estava sob manto de proteção que o deixava pronto a receber mais turistas (Informe Brasil 27/2016).

No terceiro ponto, verificamos que as reportagens dos jornais se pautaram predominantemente em informações sobre os níveis visíveis da violência — mortes, assassinatos, roubos etc — e centraram-se na vitória das operações militares, forjando resultados que “ajudam a elite a mentir”. São vários os exemplos encontrados no material analisado, com tentativas de rotular as ações militares de sucesso/fracasso e vitória/derrota. Um dos mais representativos foi a repercussão de uma declaração de Temer apenas dois dias após o início da operação *O Rio quer paz e segurança*, em julho de 2017, alardeando um efeito quase que instantâneo do envio de militares:

Dois dias após o início da atuação das tropas na região metropolitana do estado (julho de 2017), Temer declarou a jornalistas que os crimes diminuiram: “acabei de receber um relato muito pormenorizado do que está sendo feito. E a primeira conclusão que se tem é que já diminuiram, nesses dois ou três dias, enormemente os índices de criminalidade, especialmente o roubo de cargas”. (Informe Brasil 26/2017).

Em um dos poucos resumos dos Informes analisados, foi possível perceber que os jornais buscaram fontes oficiais (o ministro da Defesa) e fontes alternativas (o Observatório da Intervenção) para a construção das notícias:

O ministro da Defesa e general da reserva, Joaquim Silva e Luna, afirmou que “pelo quarto mês consecutivo” de intervenção federal no estado do Rio de Janeiro houve redução nos índices de criminalidade [...] [Mas], pesquisa feita pelo Observatório da Intervenção, ligado à Universidade Cândido Mendes, divulgou um aumento de 40% de tiroteios na região metropolitana do Rio de Janeiro. Segundo o relatório, no primeiro semestre de 2018 foram registrados 4.850 tiroteios (Informe Brasil 28/2018).

Em quarto lugar, os materiais publicados pela “grande imprensa” enfatizaram apenas um lado do sofrimento, o da elite amedrontada, e deixaram de explorar os efeitos das operações militares para a população alvo: as comunidades dos morros. Dos resumos do ano de 2017 analisados, apenas um deu a voz dos moradores das favelas, de onde resgatamos o trecho original:

“Exército serve para tudo, menos proteger quem vive na Rocinha”: Quando vi os tanques de guerra entrando no morro, não pude deixar de pensar no verão, 40° C na sombra, a gente sem água por mais de uma semana [...] qualquer um com um pouco de boa vontade, pode perceber que uma ação militar convocada assim, de uma hora pra outra, sem nenhuma estratégia desenvolvida, e que usa como braço armado soldados que não conhecem a geografia do lugar e tampouco a dimensão do conflito em que estão se metendo, pode servir pra tudo, menos pra proteger o morador (Martins, *FSP* 2017).

Já em 2018, apenas dois resumos dispunham de informações que ampliavam o número de vozes presentes na cobertura jornalística. No primeiro, moradores do Rio denunciavam que os militares que atuam nas favelas da cidade estavam adotando procedimentos incomuns em suas abordagens, como a verificação dos aparelhos pessoais dos moradores e a prática de tirar fotos das carteiras de identidade com os celulares dos próprios agentes de segurança pública, com o intuito de verificar antecedentes criminais, procedimento que, feito desta forma, não é padrão (Informe Brasil 05/2018). No segundo, os moradores apontaram que os índices de violência na região metropolitana da capital fluminense não foram afetados, de modo que a presença das forças armadas naquele cenário não se refletiu, de fato, numa diminuição da violência (Informe Brasil 08/2018).

Ramos e Paiva (2007, 133) chamam atenção aos temas que não aparecem na cobertura da grande mídia, afinal, as ausências produzem esquecimentos:

Em 2006, a pesquisa do CESeC [Centro de Estudos de Segurança e Cidadania] que analisou notícias publicadas em oito jornais do Rio de Janeiro, registrou 593 notícias sobre atos violentos. Apenas uma era sobre violência sexual (0,2%). Na pesquisa que avaliou nove jornais de três estados, em 2004, foram encontrados seis textos sobre o tema (1,14% de 527 matérias, artigos ou notas) [...] O mesmo levantamento demonstrou que a impunidade é a regra nos crimes de natureza sexual. No caso de agressores desconhecidos da vítima, apenas 5,4% dos autores de estupro foram indiciados e 3,5% presos; índices semelhantes se repetiram para os atentados.

Enfim, não apenas os temas e dados presentes falam sobre o modo como as informações pautam as políticas públicas, como também o que está ausente diz muito sobre o que não se quer pautar. Do mesmo modo, as vozes presentes naquelas notícias também comunicam quem se pretende representar.

Fato interessante é que grande parte do material analisado, quando tangenciou as consequências da intervenção, as ponderou em relação aos próprios militares, como se observa no trecho abaixo que faz referência a um editorial da *FSP*:

A *Folha* afirmou em editorial que a operação militar realizada no Rio de Janeiro no dia 05/08/17 não obteve o sucesso desejado. De acordo com o periódico, é necessário ceticismo, uma vez que a iniciativa atual de ocupação de pontos estratégicos originou-se no evento Rio-92 e, desde então, tornou-se comum recorrer às Forças Armadas em tempos de aumento sensível da violência. Não obstante, o periódico destacou que há o risco de cooptação de militares por organizações criminosas, de modo similar ao que ocorre com policiais (Informe Brasil 27/2017).

No quinto ponto, observamos a prevalência de linguagem técnica, centrada em números e questões operacionais dos agentes de segurança, reforçando a ênfase na magnitude dos atores e na vitória das missões, conforme o exemplo a seguir:

Segundo os periódicos *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, as Forças Armadas participaram de uma ação conjunta na comunidade Cidade de Deus, na cidade do Rio de Janeiro, no dia 07/02/2018. A operação contou com 3 mil agentes das Polícias Civil e Militar do estado do Rio de Janeiro, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, da Força Nacional de Segurança Pública e das Forças Armadas. De acordo com a *Folha*, o principal objetivo da operação era “prender suspeitos procurados”. Os agentes das Forças

Armadas foram responsáveis pelo monitoramento das vias terrestres, pontos de bloqueio no acesso à Cidade de Deus e fiscalização de pontos da rodovia BR-101, na região de São Gonçalo. Ao final da operação, 38 pessoas foram detidas, entre elas 5 menores de idade. Segundo a Folha, foram apreendidos “três fuzis e quatro pistolas, um carregador de fuzil e dois de pistola, além de três carros e sete motos, drogas e munições” (Informe Brasil 01/2018).

Por fim, além dos poucos exemplos já citados de materiais mais próximos do jornalismo para a paz, destacamos também o resumo de uma reportagem que mencionava preocupações da Anistia Internacional (2018) com a intervenção federal e que centrou-se no sofrimento de todos (orientado pelas pessoas) e pediu por soluções não-violentas (orientado pela solução).

### POR UM JORNALISMO PARA A PAZ: A VOZ DO MORRO

Para Spivak (2010), muitas vezes é renegado ao “subalterno” o seu local de fala. O sujeito subalterno, portanto, é efeito do próprio discurso dominante. Evitar que um sujeito fale por si é uma forma de garantir a manutenção da versão oficial que, neste caso, precisa provar que favela é sinônimo de criminalidade e violência brutal e que o uso da força militar é um remédio eficaz. Desse modo, não é apenas o lugar que é sitiado, mas também o próprio sujeito:

[...] o atributo “favelado” não se esgota na mera situação geográfica, estando associado a uma condição de pobreza e a uma relação de subordinação na estrutura social, as quais, em última instância, permitem a sua manipulação. Entretanto, é preciso chamar atenção para as simplificações que reduzem a condição de favelado à pobreza e outras características dela decorrentes. Se existe um estigma para os pobres em geral, no sentido de uma classificação por atributos negativos associados à sua condição social, então a situação de morar em favela é vista como um adicional a esses atributos e o favelado é duplamente estigmatizado (Gondim 1982, 32).

Assim, tomando os preceitos do jornalismo para a paz, é preciso fazer um sobrevoo sobre o pensamento e as ações dos cidadãos das favelas do Rio de Janeiro a respeito das sucessivas incursões das forças armadas que têm por objetivo solucionar problemas que eles conhecem de perto. Em vídeo lançado pelo Observatório da Intervenção (2019), Bruna da Silva, mãe de Marcus Vinicius, que foi executado com tiros provenientes de blindados da polícia, relata:

A intervenção? A intervenção está matando nossos filhos. Quem deveria proteger e abrigar eles é que estão executando. Aquele tiro que matou meu filho atingiu muita gente. O meu filho, ele tem mãe. Não tem ninguém que vai sujar a memória dele. A justiça vai ser feita. Ela vai ser feita, porque eu não vou sossegar (Observatório da Intervenção 2019).

O relatório Circuito de Favelas por Direitos (2018, 5) sistematizou ao longo de quase oito meses cerca de 500 relatos dos cidadãos das favelas, “arregimentando pessoas e instituições, e promovendo uma escuta diferenciada e qualificada, possibilitando gerar empatia e solidariedade entre aqueles que falam e escutam”. O objetivo do documento é apresentar o grave cenário de violação de direitos humanos ao qual estão submetidos moradores e moradoras de favelas, a exemplo do excerto a seguir:

Tem sempre três, quatro mais nervosos e mais abusados e a gente mulher sofre mais com isso. Minha filha estava tomando banho, dois policiais saíram entrando na minha casa olhando tudo, um foi no banheiro e abriu a cortina com ela pelada dentro, Ela gritou e ele disse “Cala a boca, sua piranha!” (Circuito de Favelas por Direitos 2018, 6).

Existem diversas organizações da sociedade civil que atuam dentro das favelas na defesa de variadas pautas, como a melhoria da qualidade de vida e o respeito aos direitos humanos. Um exemplo é a instituição Redes da Maré, “que produz conhecimento, elabora projetos e ações para garantir políticas públicas efetivas que melhorem a vida dos 140 mil moradores do conjunto de 16 favelas da Maré” (Redes da Maré 2019). Seu processo de criação começou em 1997, a partir de iniciativa própria dos moradores que habitam as favelas que compõem o Complexo da Maré. Dela, surgiu o Mães da Maré, associação composta por mães vítimas de violência institucional. Em boletim produzido pela organização, a Redes da Maré chama atenção para os efeitos da intervenção federal do Rio de Janeiro nas 16 favelas da Maré, ressaltando a evidente desigualdade socioespacial que marca a divisão territorial do Rio:

Nos territórios mais abastados, a chegada das Forças Armadas foi saudada com certo entusiasmo pela maior parte da população. No entanto, nos territórios populares, como as favelas, esse anúncio gerou mais apreensão do que entusiasmo, além de muita desconfiança e descrédito sobre a efetividade dessa medida como solução para o enfrentamento dos altos índices de violência à época. Isso porque favelas e periferias acumulam experiências negativas com as Forças Armadas, seja em intervenções diretas, seja em operações de apoio às forças policiais [...] (Redes da Maré 2018, 5).



A ativista Patrícia Vianna (2019), uma das coordenadoras da Redes da Maré e que trabalha em favelas há mais de trinta anos, oferece interessantes reflexões sobre a relação entre segurança pública e as favelas. Ela pensa a segurança pública como um compromisso ético com as populações das favelas, que todos os dias lutam para que suas vidas sejam atingidas por menos violência. Além de salientar que as vidas faveladas importam, Vianna mostra que é necessário superar o estigma atribuído ao ambiente em que o morador da favela vive:

Aqui na Maré acontecem coisas maravilhosas também. Quem não está aqui no dia a dia só fica sabendo da ausência, da carência, da violência e não tem ideia de como este é um espaço rico em muitas coisas, tais como: diferentes culturas, variedades gastronômicas, maravilhosas maneiras de se divertir, muita solidariedade entre as pessoas e um lugar com muito potencial (Vianna 2019, 35).

Referente à intervenção federal de 2018, no relatório final do Observatório da Intervenção (2018a), que compilou dados do Instituto de Segurança Pública (ISP), verificou-se que o número de tiroteios cresceu 56% durante os dez meses da intervenção. Os homicídios, em comparação com o ano anterior, reduziram-se apenas 6,7%, enquanto o número de mortos pela polícia aumentou 36,3%. Os roubos de carga diminuíram 18,3%, sendo este um dos únicos indicativos favoráveis à intervenção. Por outro lado, os assaltos de rua aumentaram 0,8%. Durante os dez meses de intervenção federal ocorreram 53 chacinas e 103 agentes de segurança pública vieram a óbito. Das operações que ocorreram no estado do Rio, as quais custaram R\$ 82 milhões e foram financiadas pelo Ministério da Defesa por meio do mecanismo constitucional conhecido por GLOs, a maior parte —68%— foi concentrada na cidade do Rio de Janeiro (Observatório da Intervenção 2018a).

Sendo incapaz de conter a violência em suas mais diversas formas, a intervenção federal de 2018 teve um resultado negativo para a sociedade civil. Os tiroteios afetaram diretamente o funcionamento de escolas em vários bairros do Rio, especialmente em regiões próximas às favelas. Em parceria com o Laboratório de Dados Fogo Cruzado, o Observatório da Intervenção mapeou o número de tiroteios próximos à escola antes e durante os dez meses de operações, tendo verificado um aumento de 153% do número de escolas afetadas em comparação ao ano anterior. Os tiroteios próximos às escolas atingiram diretamente as rotinas dos alunos, levando, várias vezes, a cancelamentos de aulas e conseqüente interrupção das tarefas escolares. Ainda, há nítidos sinais da relação entre violência, desigualdade espacial (entre regiões, bairros, comunidades) e desigualdade

socioeconômica, já que foi observado que o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) médio das escolas em que houve tiroteios próximos é de 3,6, enquanto o das escolas sem disparos é de 4,8 (Observatório da Intervenção 2018b).

As escolas públicas municipais e estaduais foram as que mais sofreram impactos com a intervenção federal de 2018. Além dos tiroteios em regiões próximas e cancelamento de aulas, algumas escolas também foram ocupadas por militares:

[...] durante os cinco dias em que as forças de segurança permaneceram nos complexos do Alemão, da Penha e da Maré, as aulas foram suspensas e os militares usaram uma escola da favela Vila Cruzeiro, sem comunicar sua direção ou a prefeitura, para se abrigar, elaborar planos, estacionar veículos, dormir e usar o banheiro. De acordo com o jornal, concomitantemente, o centro cultural Arena Carioca Dicró, que é administrado pela ONG Observatório de Favelas, foi ocupado por 600 homens que usavam o local como base de operações (Informe Brasil 37/2018).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

À luz do referencial teórico discutido neste texto, verificamos que os materiais publicados por veículos representativos da “grande imprensa” brasileira se aproximam mais das diretrizes do jornalismo para a violência do que do jornalismo para a paz. Na maioria das vezes, essa tendência jornalística predominante ignora as múltiplas manifestações de violência e contribui para a construção de narrativas oficialistas que contribuem diretamente para o aumento das injustiças sociais, dificultando o acesso aos meios não violentos de respostas às tensões sociais.

Fazem parte do jornalismo para a paz as vertentes jornalísticas orientadas pela solução, na qual todos podem ganhar, em vez de orientados pela vitória tal qual no jornalismo para a violência, em que somente um dos lados pode ganhar (jogo de soma zero). Do mesmo modo, as vozes múltiplas são difíceis de serem encontradas na “grande imprensa”, enquanto as declarações de representantes do governo e de militares repercutem amplamente e são mais numerosas.

Uma vez que a mídia também pode nortear a execução de medidas que minimizem ou transcendam o conflito, um fator problemático decorrente da cobertura do caso do Rio se traduz na má formulação de políticas públicas de segurança (Beato 2007), papel atribuído ao Estado, seus componentes institucionais. Por outro lado, conforme os dados aqui apresentados, os índices de criminalidade permaneceram essencialmente inalterados, tendo

inclusive crescido em alguns indicadores (como os que se referem à violência institucional), o que confirma a tese de que, no militarismo urbano, a mídia influencia na construção do laboratório de guerra e legitima o papel do Estado “hipermilitarizado”.

Conclui-se que a cobertura da “grande imprensa” brasileira, no caso aqui analisado, está distante dos preceitos do jornalismo para a paz, aproximando-se mais do jornalismo para a guerra, legitimando a construção do enfrentamento militarizado. Por fim, ressaltamos que as vozes dos moradores das favelas, atores mais afetados pelo intervencionismo federal no quadro da segurança pública, praticamente inexistem nas notícias aqui analisadas, o que por si reflete o alto nível de violência estrutural.

## REFERÊNCIAS

Anistia Internacional. 2018. Informe 2017/2018 — *O estado dos direitos humanos no mundo*. <https://anistia.org.br/wpcontent/uploads/2018/02/informe2017-18online1.pdf>

Beato, Claudio. 2007. “A mídia define as prioridades da segurança pública”. In *Mídia e Violência: novas tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil*, edited by Silvia Ramos, and Anabela Paiva. Rio de Janeiro: Iuperj.

Castells, Manuel. 2007. “Communication, Power and Counter-power in the Network Society”. *International Journal of Communication* 1: 238–66.

Canônico, Marco Aurélio. 2018. “Realidades de Rio e Haiti são diferentes para ação militar, diz antropólogo”. *Folha de S. Paulo* (Março). <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/03/realidades-de-rio-e-haiti-sao-diferentes-para-acao-militar-diz-antropologo>.

Coimbra, Cecília. 2001. *Operação Rio: o mito das classes perigosas*. Rio de Janeiro: Intertexto.

Circuito de Favelas por Direitos. 2018. *Relatório 2018*. Rio de Janeiro: Defensoria Pública da União.

Dubeux, Ana, and Leonardo Cavalcanti. “Não há uso político de militar. Há urgência”, diz o general Silva e Luna”. *Correio Braziliense* (Março). [https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/politica/2018/03/04/interna\\_politica,663707/o-que-o-general-silva-e-luna-fala-sobre-intervencao-no-rio-de-janeiro.shtml](https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/politica/2018/03/04/interna_politica,663707/o-que-o-general-silva-e-luna-fala-sobre-intervencao-no-rio-de-janeiro.shtml)

Estarque, Marina. “72% dos moradores do estado do Rio querem prorrogar intervenção federal”. *Folha de S. Paulo* (Setembro). <https://www1.folha.uol.com.br/>

cotidiano/2018/09/72-dos-moradores-do-estado-do-rio-querem-prorrogar-intervencao-federal.shtml

Ferreira, Marcos Alan. 2019. “Introdução: os Estudos para a Paz e o Brasil”. In *Estudos para a paz: conceitos e debates*, edited by Marcos Alan Ferreira, Paulo Kuhlmann, and Roberta Holanda Maschietto. São Cristóvão: Editora UFS.

Fonseca, Francisco. 2003. “O conservadorismo patronal da grande imprensa brasileira”. *Opinião Pública* 9, no. 2: 73–93. Campinas.

Galtung, Johan. 1969. “Violence, Peace, and Peace Research”. *Journal of Peace Research* 22, no. 3: 167–191.

\_\_\_\_\_. 1998. “High road, low road: Charting the course of peace journalism”. *Track Two*, vol. 7, no. 4: 7–10

\_\_\_\_\_. 2006. “Peace journalism as an ethical challenge”. *Global Media Journal Mediterranean Edition* 1, no. 2: 1–5.

Galtung, Johan, and Mari Holmboe Ruge. 1965. “The Structure of Foreign News”. *Journal of Peace Research* 2, no. 1: 64–91.

Gomes, Maíra Siman. 2014. “A ‘pacificação’ como prática de ‘política externa’ de (re)produção do *self* estatal: rescrevendo o engajamento do Brasil na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti”. Tese — Doutorado. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Gondim, Linda Maria. 1982. “A Manipulação do Estigma de Favelado na Política Habitacional do Rio de Janeiro”. *Revista de Ciências Sociais* 12, no. 1: 27–44.

Graham, Stephen. 2016. *Cidades sitiadas: o novo urbanismo militar*. São Paulo: Boitempo.

Groten, Hubert, and Jansen Jürgen. 1981. “Interpreters and Lobbies for Positive Peace”. *Journal of Peace Research* 12, no. 2: 175–81.

Informe Brasil. 2022. Observatório Sul-Americano de Defesa e Forças Armadas. <https://gedes-unesp.org/informes/informe-semanal-brasil-sul-americano-2/>

\_\_\_\_\_. 07/2016. Observatório Sul-Americano de Defesa e Forças Armadas. <https://gedes-unesp.org/wp-content/uploads/2018/06/Informe-Semanal-Brasil-Sul-Americano-7-2016.pdf>

\_\_\_\_\_. 13/2016. Observatório Sul-Americano de Defesa e Forças Armadas.  
<https://gedes-unesp.org/wp-content/uploads/2018/06/Informe-Semanal-Brasil-Sul-Americano-13-2016.pdf>

\_\_\_\_\_. 16/2016. Observatório Sul-Americano de Defesa e Forças Armadas.  
<https://gedes-unesp.org/wp-content/uploads/2018/06/Informe-Semanal-Brasil-Sul-Americano-16-2016.pdf>

\_\_\_\_\_. 26/2016. Observatório Sul-Americano de Defesa e Forças Armadas.  
<https://gedes-unesp.org/wp-content/uploads/2018/06/Informe-Semanal-Brasil-Sul-Americano-26-2016.pdf>

\_\_\_\_\_. 27/2016. Observatório Sul-Americano de Defesa e Forças Armadas.  
<https://gedes-unesp.org/wp-content/uploads/2018/06/Informe-Semanal-Brasil-Sul-Americano-27-2016.pdf>

\_\_\_\_\_. 37/2016. Observatório Sul-Americano de Defesa e Forças Armadas.  
<https://gedes-unesp.org/wp-content/uploads/2018/06/Informe-Semanal-Brasil-Sul-Americano-37-2016.pdf>

\_\_\_\_\_. 42/2016. Observatório Sul-Americano de Defesa e Forças Armadas.  
<https://gedes-unesp.org/wp-content/uploads/2018/06/Informe-Semanal-Brasil-Sul-Americano-42-2016.pdf>

\_\_\_\_\_. 03/2017. Observatório Sul-Americano de Defesa e Forças Armadas.  
<https://gedes-unesp.org/wp-content/uploads/2018/06/Informe-Semanal-Brasil-Sul-Americano-3-2017.pdf>

\_\_\_\_\_. 05/2017. Observatório Sul-Americano de Defesa e Forças Armadas.  
<https://gedes-unesp.org/wp-content/uploads/2018/06/Informe-Semanal-Brasil-Sul-Americano-5-2017.pdf>

\_\_\_\_\_. 24/2017. Observatório Sul-Americano de Defesa e Forças Armadas.  
<https://gedes-unesp.org/wp-content/uploads/2018/06/Informe-Semanal-Brasil-Sul-Americano-24-2017.pdf>

\_\_\_\_\_. 26/2017. Observatório Sul-Americano de Defesa e Forças Armadas.  
<https://gedes-unesp.org/wp-content/uploads/2018/06/Informe-Semanal-Brasil-Sul-Americano-26-2017.pdf>

\_\_\_\_\_. 27/2017. Observatório Sul-Americano de Defesa e Forças Armadas.  
<https://gedes-unesp.org/wp-content/uploads/2018/06/Informe-Semanal-Brasil-Sul-Americano-27-2017.pdf>

\_\_\_\_\_. 30/2017. Observatório Sul-Americano de Defesa e Forças Armadas. <https://gedes-unesp.org/wp-content/uploads/2018/06/Informe-Semanal-Brasil-Sul-Americano-30-2017.pdf>

\_\_\_\_\_. 35/2017. Observatório Sul-Americano de Defesa e Forças Armadas. <https://gedes-unesp.org/wp-content/uploads/2018/06/Informe-Semanal-Brasil-Sul-Americano-35-2017.pdf>

\_\_\_\_\_. 36/2017. Observatório Sul-Americano de Defesa e Forças Armadas. <https://gedes-unesp.org/wp-content/uploads/2018/06/Informe-Semanal-Brasil-Sul-Americano-36-2017.pdf>

\_\_\_\_\_. 01/2018. Observatório Sul-Americano de Defesa e Forças Armadas. <https://gedes-unesp.org/wp-content/uploads/2018/06/Informe-Semanal-Brasil-Sul-Americano-1-2018.pdf>

\_\_\_\_\_. 02/2018. Observatório Sul-Americano de Defesa e Forças Armadas. <https://gedes-unesp.org/wp-content/uploads/2018/06/Informe-Semanal-Brasil-Sul-Americano-2-2018.pdf>

\_\_\_\_\_. 03/2018. Observatório Sul-Americano de Defesa e Forças Armadas. <https://gedes-unesp.org/wp-content/uploads/2018/06/Informe-Semanal-Brasil-Sul-Americano-3-2018.pdf>

\_\_\_\_\_. 04/2018. Observatório Sul-Americano de Defesa e Forças Armadas. <https://gedes-unesp.org/wp-content/uploads/2018/06/Informe-Semanal-Brasil-Sul-Americano-4-2018.pdf>

\_\_\_\_\_. 05/2018. Observatório Sul-Americano de Defesa e Forças Armadas. <https://gedes-unesp.org/wp-content/uploads/2018/06/Informe-Semanal-Brasil-Sul-Americano-5-2018.pdf>

\_\_\_\_\_. 08/2018. Observatório Sul-Americano de Defesa e Forças Armadas. <https://gedes-unesp.org/wp-content/uploads/2018/06/Informe-Semanal-Brasil-Sul-Americano-8-2018.pdf>

\_\_\_\_\_. 28/2018. Observatório Sul-Americano de Defesa e Forças Armadas. <https://gedes-unesp.org/wp-content/uploads/2019/10/Informe-Brasil-28-2018.pdf>

\_\_\_\_\_. 37/2018. Observatório Sul-Americano de Defesa e Forças Armadas. <https://gedes-unesp.org/wp-content/uploads/2019/10/Informe-Brasil-37-2018.pdf>

Lederach, John Paul. 2003. *The Little Book of Conflict Transformation*. New York: Good Books.

Lynch, Jake. 2015. “Peace journalism: Theoretical and methodological developments”. *Global Media and Communication* 13, no. 3: 193–9.

Martins, Geovani. “Exército serve para tudo, menos proteger quem vive na Rocinha”. *Folha de S. Paulo* (Setembro). <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/09/1921470-exercito-serve-para-tudo-menos-protetger-quem-vive-na-rocinha.shtml>

Ministério da Defesa. 2022. Histórico de GLO. [https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/exercicios\\_e\\_operacoes/glo/2-tabelas-glo\\_atualizada\\_em\\_jan\\_22.pdf](https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/exercicios_e_operacoes/glo/2-tabelas-glo_atualizada_em_jan_22.pdf)

Observatório da Intervenção. 2018a Infográfico #9 — A Intervenção Acabou. Quanto custou? [http://observatoriodaintervencao.com.br/wp-content/uploads/2018/12/Infograf\\_ico09\\_observatorio\\_ARTEFINAL\\_isp.pdf](http://observatoriodaintervencao.com.br/wp-content/uploads/2018/12/Infograf_ico09_observatorio_ARTEFINAL_isp.pdf).

\_\_\_\_\_. 2018b. Infográfico #8 — Muito tiro, pouca aula. Pouca aula, +Bandido. <https://drive.google.com/file/d/1FvcNTZhWhJb-xNMjC3fEuP6sroUZO-W5s/view>.

\_\_\_\_\_. 2019. Violência tem solução? YouTube (Março). [https://www.youtube.com/watch?v=\\_30ktpHeras](https://www.youtube.com/watch?v=_30ktpHeras).

Pitasse, Mariana. 2018. “Moradores das favelas do Rio se posicionam contra intervenção militar”. *Brasil de Fato* (Fevereiro). <https://www.brasildefatorj.com.br/2018/02/21/moradores-das-favelas-do-rio-se-posicionam-contraintervencao-militar>

Pureza, José Manuel, and Teresa Cravo. 2005. “Margem crítica e legitimação nos estudos para a paz”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, no. 71: 5–19.

Ramos, Silvia, and Anabela Paiva. 2007. *Mídia e violência: novas tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil*. IUPERJ: Rio de Janeiro.

Redes da Maré. 2018. *Boletim: Direito à Segurança Pública na Maré*. <http://redesdamare.org.br/media/downloads/arquivos/BoletimSegPublica2018.final.pdf>

\_\_\_\_\_. 2019. *Quem somos*. <http://redesdamare.org.br/br/quemsomos/apresentacao>

Spivak, Gayatri. 2010. *Pode o Subalterno Falar?* Belo Horizonte: UFMG.

Vianna, Patricia. 2019. “Vidas faveladas importam! Uma reflexão sobre a segurança pública nas favelas. In *A vida na favela: relatos sobre o cotidiano em meio à violência armada*. Caderno 1: 35–8. Rio de Janeiro: Redes da Maré.

Vitelli, Marina, and Juliana Bigatão (Eds.). 2022. “Anuário 2021: forças armadas e defesa no Brasil”. Observatório Brasileiro de Defesa e Forças Armadas, Universidade Federal de São Paulo.

Winand, Érica Cristina, and Juliana Bigatão. 2014. “A política brasileira para os direitos humanos e sua inserção nos jornais: a criação da Comissão Nacional da Verdade”. *Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos* 2, no. 2: 41–62.



## NOTAS

1. Saint-Pierre (2011); Saint-Pierre and Winand (2010; 2005) são alguns trabalhos que esclarecem as distinções conceituais e doravante, políticas da defesa e da segurança, bem como os agentes específicos e constitucionalmente pertinentes a cada área.
2. Importante ressaltar que, segundo a metodologia do Observatório, os resumos sempre especificam de qual periódico foi extraída cada informação e qual tipo de texto está sob escrutínio (reportagem, coluna, editorial ou entrevista). Além disso, os resumos reportam expressamente os conteúdos e as declarações publicados pelos jornais, e não a opinião de quem está resumindo. Ou seja, trata-se de um instrumento de seguimento de imprensa (Vitelli and Bigatão 2022).
3. Devemos considerar, entretanto, as limitações intrínsecas de se propor uma metodologia única para o campo do jornalismo para a paz. Conforme Ferreira (2019, 21): “Em termos de desenvolvimento de métodos de pesquisa específicos voltados para suas necessidades, pode-se dizer que este tem sido um dos maiores desafios do campo [dos EPP], em especial dada a sua orientação transdisciplinar [...]. Isto de forma alguma impede o crescimento de estudos sólidos em termos metodológicos, mas enfraquece o potencial de desenvolvimento de um corpo metodológico próprio”. Desse modo, os EPP, bem como o jornalismo para a paz e seu caráter normativo, buscam a transdisciplinaridade não apenas entre diversas áreas acadêmicas, mas através de todos os níveis que circunscrevem a condição humana.
4. Originalmente, Galtung utiliza a expressão “war/violence journalism”. Considerando o escopo deste artigo, adotamos a tradução jornalismo para a violência.
5. Em razão da quantidade de Informes Brasil analisados, as referências dos Informes devem ser consultadas pelo ano. Por exemplo, Informe Brasil 46/2016, buscar nas referências Informe Brasil 2016. O endereço eletrônico direcionará ao arquivo de Informes, no qual o leitor poderá filtrar pelo ano e pelo número.

INCURSÕES DAS FORÇAS ARMADAS NA SEGURANÇA PÚBLICA  
SOB AS LENTES DO JORNALISMO PARA A PAZ:  
O RIO DE JANEIRO COMO “LABORATÓRIO DE GUERRA”

RESUMO

Com base na análise de materiais da “grande imprensa” brasileira compilados pelo Observatório Sul-Americano de Defesa e Forças Armadas acerca das operações armadas na segurança pública em comunidades no estado do Rio de Janeiro, entre 2016 e 2018, argumentamos neste trabalho que, em relação à militarização da segurança pública, veículos midiáticos como os periódicos *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* atuam com padrões próximos ao chamado jornalismo para a violência. Em contraste com narrativas de mídias alternativas, a exemplo do Observatório da Intervenção, que empodera vozes da favela, constatamos que a “grande imprensa” veicula, na maioria das vezes, a chamada verdade única, construída por vozes dominantes, sendo este um caminho de perpetuação da violência, em detrimento do papel mediador de conflitos que a mídia pode exercer ao adotar os parâmetros do jornalismo para a paz.

**Palavras-chave:** Estudos para a Paz; Grande Imprensa Brasileira; Jornalismo para a Paz; Rio de Janeiro.

ABSTRACT

Based on the analysis of the Brazilian mainstream press materials compiled by the Observatório Sul-Americano de Defesa e Forças Armadas about armed operations in public security in communities in the state of Rio de Janeiro, between the years 2016 to 2018, we argue in this paper that, considering the militarization of public security, media vehicles such as *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* and *O Estado de S. Paulo* work with standards close to the violence journalism. In contrast to alternative media narratives, such as the Observatório da Intervenção, which empowers the favela voices, we debate that the Brazilian mainstream media practices, in most cases, the so-called single truth, constructed by dominant voices, and contributes to the perpetuation of violence, to the detriment of the mediating role that the media can play, adopting parameters of Peace Journalism.

**Keywords:** Peace Studies; Brazilian Mainstream Media; Peace Journalism; Rio de Janeiro.

Recebido em 03/09/2021. Aceito para publicação em 21/02/2022.